

# ENTREVISTA

## VULNERABILIDADE E (SUB)CIDADANIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA – ENTREVISTA COM LÚCIO KOWARICK

*Thiago Aparecido Trindade\**  
*Maria Carolina Tiraboschi Ferro\*\**

### **Apresentação**

Autor do livro “Viver em Risco” (2009), obra vencedora do Prêmio Jabuti em 2010 na categoria de Ciências Humanas, Lúcio Kowarick é, indubitavelmente, um dos intelectuais brasileiros mais importantes da atualidade. Mestre em Ciências Sociais pela Diplôme D’études Approfondies (Paris) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Kowarick foi um autor de destaque no acalorado debate sobre marginalidade e dependência no decorrer da década de 1970, ao lado de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Francisco de Oliveira, Paul Singer, dentre outros. Sua contribuição mais decisiva no campo acadêmico certamente foi na perspectiva do “urbano”, numa época em que o terreno teórico sobre urbanização, pobreza e exclusão social ainda estava sendo desbravado no Brasil e na América Latina. Publicado originalmente em 1979, o livro “A Espoliação Urbana” avançou

---

\* Doutorando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP.

\*\* Mestre em Ciência Política e Sociologia pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) – Argentina. Ambos os entrevistadores são membros do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC) da UNICAMP, coordenado pela Profa. Dra. Luciana Tatagiba.

de forma considerável no debate sobre as precárias condições de vida das classes trabalhadoras nas grandes cidades do capitalismo periférico. Ao longo de sua obra, dedicou atenção também à análise dos movimentos sociais e os desafios inerentes à ação coletiva, com o foco sempre voltado para as mobilizações populares que lutam por melhores condições de vida no espaço de moradia. Por estas e por muitas outras razões, Kowarick pode ser considerado um dos grandes especialistas no tema da (Sub)Cidadania no contexto intelectual da América Latina. Na sala de reuniões do Departamento de Ciência Política da USP, Lúcio Kowarick nos concedeu a entrevista reproduzida abaixo, que, apesar de breve, traz pontos de grande relevância teórica e política para a compreensão da problemática relacionada à cidadania na sociedade brasileira atual. Nossos agradecimentos ao Professor Lúcio, que desde o momento em que recebeu nosso convite se mostrou muito disposto e interessado em contribuir para a presente edição da *Idéias*.

*Professor, quais foram as inspirações, inquietações e preocupações teóricas e empíricas que o levaram a escrever seu último livro, o “Viver em risco”?*

Lúcio Kowarick: Nos anos 70 eu fiz uma pesquisa, que a Ruth Cardoso e eu coordenamos em duas favelas aqui em São Paulo. E, enfim, a problemática era outra. E essa pesquisa foi muito importante no sentido dos seus resultados. A Ruth escreveu alguns artigos. A Rosa Fisher que é professora na FEA fez o mestrado e eu escrevi depois, me deu o material pra escrever a *Espoliação Urbana* que saiu em 79. Isso é um pouco o geral da coisa. E sempre tive vontade de, enfim, de voltar a campo pra fazer pesquisa de tipo antropológica, pesquisa em profundidade. Antropológicas no sentido de pesquisa, entrevistas em profundidade, observação participante e tal. Acho que toda a minha pesquisa foi voltada às condições de vida da população excluída. Isso está em *Capitalismo e Marginalidade Urbana*, em *Espoliação Urbana*, nos *Escrito Urbanos*, nos artigos, e nos textos sobre movimentos sociais. Eu estudo um pouco da sociabilidade

da organização das populações pobres ou ditas excluídas. Em relação a esse livro, a coincidência foi que eu ganhei uma bolsa de pós doutorado muito boa do IRD – *Institut de Recherche pour le Développement* de Paris por 6 meses. E já era a segunda vez que eles me convidavam. E era uma bolsa muito boa porque é uma bolsa de pesquisa, eu podia pesquisar o que eu quisesse durante 6 meses. Então eu já vinha com essa ideia de exclusão, de vulnerabilidade sócio-econômica, civil, etc. Já tinha contato com a literatura francesa. Na França eu tive oportunidade então de me debruçar sobre uma vastíssima bibliografia que está contida aí no primeiro capítulo, sobre a questão da vulnerabilidade que vai mudando muito na França. Enfim, toda a questão do afastamento das estruturas sócio-econômicas básicas da sociedade. E aí o contato com o Robert Castel, que foi básico. Eu li o livro dele. Não só o livro, como os vários trabalhos. E a partir daí eu fui até Londres, eu tive um convite pra dar um seminário por lá e ficar 3 semanas. E me enfurnei na biblioteca da *London School of Economics*, onde tem tudo. E lá eu pegueia bibliografia americana. Peguei, reuni e xeroquei um material muito bom. De certa forma a parte francesa é mais conhecida no Brasil, a parte americana é bem menos. E aí peguei um autor que me pareceu básico, que foi o William Wilson no *The Truly Disadvantaged*. E a ideia inicial sempre foi pegar um tema, o tema da vulnerabilidade, que nos Estados Unidos é *underclass*, na França é *exclusion*, o Castel chama de *désaffiliation*. E não é um estudo comparativo, isso é impossível. Você precisa de uma equipe enorme pra fazer um estudo realmente comparativo, e precisa entender muito das diferentes sociedades. Por mais que eu tenha morado na França muitos anos, é difícil entender exatamente o que é a França, a dinâmica francesa, e dos Estados Unidos eu conheço muito menos. O mais é fazer o que eu chamei de olhares cruzados a partir do debate, do debate sobre a questão da exclusão, vulnerabilidade, *underclass*, etc. E pra ver o que? Pra ver se a partir daí, a partir das diferenças, de eventuais semelhanças, eu podia ver a especificidade do caso brasileiro. Essa é a montagem teórica que me levou a formular os primeiros capítulos. O primeiro sobre França e Estados Unidos e o segundo

sobre o Brasil. E como a literatura era enorme eu peguei 2 autores, como eu mencionei o Castel, na França e o Wilson, nos Estados Unidos, e outros também. Mas é muito interessante porque têm autores que balizam a discussão, que realmente dão o tom à discussão. Nos Estados Unidos inclusive é muito mais claro isso. Aí uma série de autores vão pegar e fazer uma pesquisa sofisticadíssima do ponto de vista empírico, para dizer se o Wilson tinha razão, porque fizeram o estudo lá e tentaram confirmar as hipóteses do Wilson. E tem os estudos teóricos muito bons, estudos históricos muito bons. Então, a primeira coisa foi cercar essa literatura, porque é imensa, você não dá conta. E mesmo no caso brasileiro eu tive que cercar a literatura. E situei no tempo. No caso francês foi até o governo socialista do Jospin. E no caso americano até o segundo mandato do Clinton. Depois disso eu não sei. Imagino que a política social com o Bush tenha acirrado todo um conservadorismo que começou a imperar nos Estados Unidos a partir do governo Reagan. E que na França tenha tido uma série de mudanças com a saída dos socialistas e a entrada dos conservadores. Enfim, a formulação então se deu nessa forma de olhares cruzados, especificação da literatura como um passo inicial pra depois entrar na pesquisa empírica, concreto e tal, que é a segunda parte do livro. E, tendo em vista o seguinte, que a questão da exclusão era um tema muito forte na literatura francesa, muito presente e que entrava muito na política pública, em termos de resposta do Estado. O Estado se responsabilizando, é responsabilidade do Estado etc. E nos Estados Unidos também, com o crescimento da desigualdade social, com o crescimento do desemprego, enfim, como uma questão de vulnerabilidade, uma vulnerabilidade que se fazia notar muito fortemente. Eu acho que essa questão hoje volta com a crise de 2008 e também com a situação europeia como está, e a situação americana como está, enfim, volta com uma emergência muito grande, com uma emergência prática com o aparecimento de movimentos sociais importantes na Europa. Então, eu acho que basicamente é isso.

*Professor, nós gostaríamos que o Senhor falasse um pouco sobre o conceito de marginalidade, a importância dele para a análise do caso brasileiro...*

LK: Olha, no fundo teorias e conceitos têm sua época, entende? A questão da marginalidade, ela surge com uma discussão latino-americana nos anos 60, 70 em função das características do nosso processo de urbanização. E surge com um debate muito grande, de um lado você tem a teoria da modernização com onde um nome importante era o Gino Germani, e do outro lado a polêmica de estrutura do ponto de vista marxista, e dentro do marxismo uma enorme discussão: exército de reserva, superpopulação relativa etc. E naquele contexto a tradição marxista de pensamento é extremamente forte.

*Você considera que essa tradição era hegemônica naquele momento?*

LK: No Brasil certamente, e na América Latina também. Eu acho que era hegemônica em geral. A modernização tinha dado seus passos e eu acho que toda aquela literatura das etapas de desenvolvimento, da incorporação com o crescimento, a meu ver, ela é uma discussão que no fundo centrava na questão de formação das classes sociais e tendo em vista que havia, digamos, uma proletarização restrita e intermitente. Saía-se e entrava no mercado de trabalho informal. Essa é uma discussão, eu acho que no fundo bastante economicista. Economicista não no mal sentido, mas vista muito mais do ponto de vista da inserção das pessoas no sistema econômico. Não tinha sociabilidade, não tinha formação de redes sociais, enfim, isso não aparecia. E o meu primeiro livro, "Capitalismo e Marginalidade" é uma expressão disso aí. Quer dizer, é uma discussão sobre exército de reserva e superpopulação relativa, o debate de José Nun e o Fernando Henrique Cardoso. Um debate político, lógico. Mas o fato é que esse tema saiu. Quer dizer, existe ainda hoje, obviamente, uma enorme quantidade de pessoas numa situação de trabalho precário, de trabalho informal. Mesmo que o trabalho formal no

Brasil tenha ultrapassado o trabalho informal pela primeira vez, ainda assim existe uma enorme quantidade de pessoas à margem do sistema produtivo. Só que ninguém mais fala de marginalidade, ninguém mais. Aliás, eu acho que eu ajudei as pessoas a não falarem mais de marginalidade, entende? Pode-se rediscutir isso, se é, se não é. É uma discussão interminável. No fundo é uma leitura quase que exegética de Marx, dos *Grundrisse* e d'O Capital, enfim. E os temas passam. E nesse sentido o conceito de vulnerabilidade é mais amplo, quer dizer, não é só a questão da inserção no mercado de trabalho, ele se refere também a laços sociais, inserção social, instituições que agregam as pessoas a nível local, a participação dessas pessoas nessas instituições religiosas, enfim, qualquer tipo de associativismo. Em relação ao conceito de marginalidade, ele é capaz de captar uma dimensão mais ampla da vida social.

*Realmente, esta contextualização histórica do debate teórico parece ser fundamental...*

LK: Sim, e o que tem também é o seguinte, o debate da marginalidade se deu em conjunto com o da Teoria da Dependência. E aí se tem, grosso modo, de um lado o Fernando Henrique com o livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", junto com Enzo Faletto, que diz: é dependente, mas não é a dependência tradicional, do tipo do subdesenvolvimento colonial ou imperialista etc. Tem-se um novo tipo de inserção na divisão internacional do trabalho, e dentro desse quadro você pode ter desenvolvimento e acumulação de capital, e a partir disso pode ter distribuição de renda. E tem, do outro lado, o Ruy Mauro Marini, que dizia: não, não é nada disso, não dá pra ter uma distribuição de renda etc. E no fundo, tudo isso é um debate, em última instância, sobre reforma ou revolução. Você tem, por exemplo, o Chico de Oliveira, que vai dizer claramente: socialismo ou *apartheid*. A ideia, inclusive, dos anos 60, 70, enfim, você tem todo um contexto de movimento armado, a ideia de revolução era uma

ideia muito forte, uma ideia de transformação radical, de um certo tipo de socialismo, que estava na cabeça de muita gente. Essa é uma ideia que desaparece do cenário, quer dizer, com a derrocada dos movimentos guerrilheiros em toda América Latina e depois do fato de muita gente de oposição à ditadura chegar ao governo. É o caso brasileiro, é o caso chileno, é o caso do Paraguai, é o caso da Guatemala, enfim, da América Central em vários países, Nicarágua etc. E também a crise do marxismo, o desaparecimento da União Soviética, a queda do muro, enfim, a idéia de revolução sai do debate. E eu uso uma metáfora no livro, “Como Saturno, a revolução devora seus filhos”. Que é o que Danton fala quando ele vai para a guilhotina mandado por Robespierre. Então é esse clima o sócio-político. No fundo é o seguinte, os debates estão muito ligados a situações históricas concretas, entende? E eu acho que a questão central hoje é a luta pela ampliação da cidadania. E no fundo, o conceito de vulnerabilidade, em última instância, quer dizer justamente isso: a falta de direitos básicos, ou a carência, ou a fragilidade de direitos básicos de cidadania.

*Mesmo que eles existam no plano formal?*

LK: Sim, mesmo que eles existam no plano formal. Aliás, é muito importante que eles existam no plano formal. Isso dá uma base na qual as pessoas podem se aglutinar, se referenciar.

*Agora, sobre a discussão que o senhor faz a respeito da vulnerabilidade socioeconômica e civil, quais são os principais processos que produzem essa vulnerabilidade? Qual é a principal característica destes processos?*

LK: Olha, eu não estou querendo desatualizar o livro, mas a pesquisa empírica foi feita no início da década, em 2003, 2004, 2005, parou por aí. É num momento onde você tem um enorme grau de desemprego e que vem sistematicamente caindo. E hoje está muito inferior do que estava no começo dos anos 2000. Idem



o homicídio em São Paulo, a taxa de homicídio tem caído. No instante em que você vai olhar o desemprego, você vai ver que o desemprego jovem continua alto, o desemprego a partir de certa faixa etária também é muito alto e tal, o de homicídio continua muito alto em certas regiões, é muito alto entre os jovens ainda etc. Mas o final da década, enfim, 2010, 2011, esses índices têm uma melhora significativa, mais especificamente do ponto de vista de 2 características básicas da questão da vulnerabilidade civil: a segurança física das pessoas, de um lado, e do outro a inserção no sistema econômico. Agora, não estou negando os progressos que houveram, mas eles ainda não são suficientes para reverter o quadro de vulnerabilidade. A ideia que eu tenho é de que você tem uma melhoria, do ponto de vista urbano inclusive, isso não tem dúvida. Tanto em São Paulo como em outras grandes cidades do país também. Você tem uma melhoria nos serviços básicos de urbanização que é água, esgoto, coleta de lixo, pavimentação, iluminação e tal. Agora, ainda assim, é uma urbanização de uma enorme pobreza. Quer dizer, em muitos casos você tem o cano e não tem a água. De qualquer forma, você tem uma melhora muito grande quando você compara com 30 anos atrás. E é normal que assim seja, mas é uma melhora extremamente precarizada. Eu fiz 2 voos de helicóptero sobre São Paulo, e isso é algo de uma monotonia atroz. Você tem aquele cinza interminável, aquelas montanhas de casinhas, ou seja, hoje em dia dificilmente você distingue favela de loteamentos. Então é uma urbanização extremamente pobre. Há uma melhora do sistema de saúde? Sim, há. Mas é uma melhora que carrega uma precariedade muito grande. É extremamente precário, quer dizer, o que vale também para o sistema educacional. Toda vez que se mede o que os alunos aprendem, o Brasil aparece lá em baixo.

*Ou seja, tem mais crianças na escola, mas a qualidade da educação não acompanha esse processo...*

LK: A qualidade não acompanha, quando você compara com índices internacionais, os índices nacionais são catastróficos. Houve uma melhoria na distribuição de renda? Houve, é claro que houve. Mas ela foi mínima. Se você põe isso em termos internacionais, o Brasil, que é a sétima economia do mundo, é comparado a países como Paraguai, Honduras etc. Então, é a ideia de que há uma modernização precarizada. Há uma melhoria que reproduz algo extremamente de péssima qualidade social, econômica etc. E há uma enorme discussão, por exemplo, sobre as causas das quedas dos índices de homicídios. Isso está na pauta do dia. Eu acho que tem várias coisas, inclusive, eu acho que há uma melhoria do serviço de segurança, no caso de São Paulo, dos serviços da polícia, a polícia científica, a polícia comunitária etc. Mas o pessoal que está em campo agora está mostrando a presença do PCC (Primeiro Comando da Capital). Pelo menos em certas regiões. Na Zona leste de São Paulo, pessoas estão fazendo pesquisa lá e mostrando que em certas comunidades o comando do PCC vai na regulação da vida íntima das pessoas, da sociabilidade interpessoal dos grupos sociais, controlando o cotidiano, e isso também contribuiu para reduzir as taxas de homicídios. Além do que a violência policial é muito grande. Todo mundo sabe que uma blitz que ocorre nessa zona aqui, próxima da USP, é de um tipo, e uma blitz que a polícia faz na periferia é de outro tipo.

*Então, o senhor faz esse debate, apontando que nós temos várias questões sociais, mas talvez aquela que mais sobressai no campo das relações entre Estado e sociedade reside na dificuldade de expandir os direitos de cidadania. O Senhor associa isso com o baixo nível de organização e reivindicação de grupos e diferentes categorias da sociedade civil?*

LK: Olha, não é uma resposta fácil. A princípio você amplia a cidadania, os direitos de cidadania, e isso está nos livros clássicos desde o Marshall, a partir das lutas sociais. A ideia de que a ampliação das políticas públicas em benefício da maioria

da população é uma iniciativa solta de um governo, me parece que é uma ideia que não tem fundamento empírico. Você tem uma luta grande para onde dirigir as políticas públicas, e no fundo se você coloca mais dinheiro na habitação popular você está tirando de algum lugar, assim como se você está financiando o sistema financeiro, você está tirando de outro lugar. Isso depende muito das lutas sociais. E há uma mudança muito grande nesse cenário. Os movimentos sociais não terminaram, não existe isso. Eles têm um outro formato, uma outra dimensão, eles têm uma visibilidade social muito menor. Mesmo porque, antes, nos anos 70, reunir 400 pessoas era um risco muito grande em razão da violência policial política. Hoje reúne tranquilamente. As greves eram proibidas, hoje você tem pressão, os sindicatos fazem greves etc. O que eu procuro apontar no livro, e aí, eu preciso dizer que quando eu escrevi isso, eu não tinha lido os trabalhos do Jessé de Souza, que me parecem muito importantes, entre eles, um dos últimos, que trata da questão da ralé brasileira, onde ele se inspira no Boudieu e dá exemplos muito claros de como há uma certa aceitação de uma situação social. É um capital simbólico inferiorizado, ou subalternizado, porque teve todo um tipo de formação escolar precária, teve um tipo de família que tinha muita desorganização porque teve a instabilidade do emprego e uma série de coisas assim. E eu aponto, no final do capítulo 2, em termos sugestivos, dois mecanismos que são básicos pra manter uma desigualdade social que, apesar das melhorias, continua muito significativa. Quer dizer, o primeiro mecanismo é o que eu chamei de *naturalização* dos problemas: é assim porque sempre foi assim, é a sorte, é o azar, o acaso, essa é a naturalização. O cara nasceu no lugar errado, estava no lugar errado, no momento errado e tal. Enfim, uma certa aceitação que eu acho que ainda é muito forte. E que está ligado a um outro mecanismo, que é o de *neutralização*, no seguinte sentido: você tem algo que não é uma violência explícita, mas o exemplo que eu dou é um exemplo fantástico. Por exemplo, no caso brasileiro, nos prédios de classe média baixa, você tem entrada social e entrada de serviço, quer

dizer, isso diz exatamente por onde as pessoas podem se mexer. É cada macaco no seu galho.

*Com relação às novas arenas de lutas por direitos socioeconômicos e civis como os conselhos e as conferências temáticas, o Senhor acredita que elas podem contribuir com a expansão dos direitos da cidadania? Isto é, no seu entendimento, estes espaços podem ser vistos como embriões na constituição de um campo institucional de arbitramento de conflitos e interesses? Isso, claro, considerando que eles absorveram em grande medida os esforços dos movimentos sociais no período mais recente.*

LK: Então, eu acho que a criação desses espaços institucionais é algo importante sim. Desde o conselho da mulher, criança e adolescente, até questões mais urbanas, no caso de São Paulo, o conselho municipal de habitação etc. Eu acho que, de fato, são espaços que possibilitam a uma parte da sociedade mais organizada ter voz. Eu acho que têm variações aí, alguns conselhos avançaram e têm significado muito maior que outros. O conselho de defesa da condição feminina, por exemplo, eu acho que avançou muito na questão da luta contra a violência doméstica. E eu tenho dúvidas sobre o programa e o avanço na questão dos conselhos de habitação. E, aliás, a dissertação do Gustavo Cavalcanti<sup>1</sup> mostra isso de forma bastante clara, como as próprias lideranças do movimento de moradia vão dizer que é um espaço onde se discute muito, mas se decide pouco. Mas isso não quer dizer que a atuação dentro desse espaço é inútil. A eficácia da atuação no conselho também vai depender da força do movimento naquele momento. Mas sem dúvida, eu acho que isso arma um campo novo de debate social. Por exemplo, o orçamento participativo. Mesmo com todas as críticas ao seu

---

<sup>1</sup> Cavalcanti, Gustavo Carneiro Vidigal. “Uma concessão ao passado: trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH, 2006.

formato, ele abre um campo de debate e isso possibilita alteração do orçamento. O orçamento foi feito para ninguém entendê-lo. E o orçamento é uma peça básica. A partir do momento que você está mexendo nele, você está mexendo na política pública. É um instrumento com um potencial democrático bastante amplo. Esses conselhos têm um potencial de ampliação da participação, e nesse sentido eu acho que eles são, em princípio, muito positivos. E por isso eu acho que eles têm uma importância grande na luta pela ampliação dos direitos de cidadania previstos na Constituição.

*Professor, gostaríamos de falar um pouco sobre o governo Lula. Queríamos te perguntar como o Senhor analisa a dimensão que os programas governamentais de distribuição de renda, que o caso mais emblemático é o bolsa-família, assumiram no governo Lula. Hoje, mais de 40 milhões de brasileiros são beneficiados com esse programa. Enfim, como o Senhor avalia a importância desses programas em termos de ampliação dos direitos sociais?*

LK: Eu acho a bolsa família um programa extremamente importante. Ele é básico pra uma quantidade razoável de famílias terem um nível de consumo que não teriam de outra maneira. São direitos indispensáveis. Acontece que é preciso criar mecanismos pra que as pessoas saiam dessa situação de pobreza, miserabilidade e deixem de necessitar essa ajuda social. Como é que se sai disso? Você tem isso na França. Quer dizer, a renda mínima de inserção, que é alta, um terço do salário mínimo francês, não é pouca coisa, as pessoas conseguiram sobreviver com isso, e isso também é muito criticado no sentido de como as pessoas vão sair disso aí. Então, a grande questão é como é que se sai disso? Eu acho que não dá pra seguir o raciocínio da política conservadora americana, que é o *blame the victim*. Essa crítica conservadora, que vai dizer que o Estado de bem estar social cria o ócio, acho que não dá pra concordar com isso. Eu acho que as pessoas querem sair disso. Agora, é preciso criar esses mecanismos. O mecanismo básico é a criação do mercado de trabalho, seja ele

de que forma for. Seja mercado formal, informal, seja na forma de associação cooperativa, do chamado terceiro setor. O nome que se queira dar. E aí eu acho que tem muita coisa feita também. Se você conversa com o Paul Singer, que está lá no Ministério do Trabalho, você vai ver que tem N iniciativas, que são muito pouco divulgadas, mas que são iniciativas muito ligadas ao cooperativismo. Um associativismo ligado a atividades artesanais, de pesca, ou têxteis, seja lá o que for, que fazem que as pessoas consigam ter um nível de renda mais estável, que me parece uma coisa muito importante. E eu acho que aí a bolsa-família tem um papel fundamental para manter o mínimo de sobrevivência das pessoas. Agora, o país continua extremamente pobre, desigual e com um enorme grau de vulnerabilidade social.

*No livro o senhor aponta que a nossa época se caracteriza, dentre outras coisas, por uma desresponsabilização do Estado na implementação de políticas sociais, que as organizações civis assumiram um pouco esse papel, em certo aspecto. E como consequência disso, o discurso da cidadania foi substituído por um discurso de filantropia, da caridade. O senhor acredita que a administração petista foi capaz de “chamar a responsabilidade” de volta para o Estado em termos de implementação das políticas sociais? O senhor acredita que, após mais de duas “décadas perdidas”, a percepção dos pobres em relação ao Estado se alterou de alguma forma?*

LK: Veja, o discurso da ineficiência do Estado ainda é muito forte. O Fernando Henrique fez uma série de privatizações. Pode-se discutir se são procedentes ou não, se houve uma melhoria nos serviços. Agora, acho que em certos pontos a presença do Estado é básica. Educação e saúde, por exemplo. E eu acho que é básico também na política habitacional que, além do BNH, nunca houve uma política massiva de habitação no Brasil. Vamos ver o que o “Minha Casa Minha Vida” vai conseguir fazer. Pelas informações que eu tenho não está fazendo muito nem está fazendo muito bem. Mas é claro, eu acho que o governo Lula tem uma concepção de intervenção estatal muito mais forte

do que o governo do Fernando Henrique. Isso me parece evidente. Agora, eu acho também que isso vai até um certo limite. O BNDES foi muito forte durante o governo do Fernando Henrique e continuou muito forte. Precisa ver o que o BNDES fez no tempo do Fernando Henrique e no tempo do Lula. Quer dizer, o Estado no Brasil continua extremamente forte. O que ocorre, e, aliás, não é uma discussão exclusivamente brasileira, eu acho que é geral, é a da ineficiência dos Estados, da necessidade de privatização, que vem com toda a política neoliberal. A América Latina começa a experiência com o Chile, os *Chicagos boys* vão lá, fazem toda a privatização e deu no que deu. Nós estamos vendo agora os conflitos sociais lá no Chile. Agora, é claro, eu acho que os pobres se sentiram mais amparados com o Lula sim. Não é à toa que ele sai do governo com mais de 80% de aprovação. Isso é um nível excepcional de aprovação em qualquer lugar do mundo, geralmente esses governos saem num nível muito baixo. E eu acho que isso se deve muito à ampliação de emprego formal, à bolsa família, mais crianças na escola...

*Nós queríamos perguntar também a respeito de um episódio que ocorreu no ano passado, no início de 2010, sobre aquela polêmica envolvendo o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que trazia algumas propostas bastante avançadas em relação à democratização dos meios de comunicação, à legalização do aborto, à descriminalização da ocupação coletiva da terra, à Comissão de Verdade etc. E a gente viu que aquela proposta suscitou uma reação muito forte de alguns setores, da mídia, dos ruralistas, da igreja, enfim, uma reação muito negativa e pesada. Como o senhor avalia esse episódio?*

LK: Olha, eu acho que realmente a sociedade brasileira é bastante conservadora, que as nossas elites são muito conservadoras, no sentido de temer a mudança social. Agora, concretamente nesse episódio, eu acho que o meu amigo, então Ministro e Secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, cometeu um erro básico, porque ele atacou todo mundo, pegou uma metralhadora giratória, quer dizer, ele pegou os militares,

a igreja, os grandes proprietários, a mídia. Acho que deveria ter ficado numa coisa mais específica, por exemplo, a questão dos desaparecidos. Eu acho que realmente ele quis abarcar uma série de transformações envolvendo grupos muito poderosos. Você tem dos militares aos grupos religiosos, dos católicos ou evangélicos, todos com um poder muito grande, sem falar dos agricultores. Então, aí eu acho que houve um erro político muito grande.

*E em linhas gerais, como o senhor analisa a relação dos movimentos sociais com o governo Lula? Quais são as implicações disso pra luta atual?*

LK: Primeiro é o seguinte, muitas lideranças do movimento, inclusive do movimento de moradia, foram pro governo. Muitos sindicalistas se tornaram parlamentares. O Luiz Marinho, da CUT é prefeito de São Bernardo. A crítica radical, no sentido de colocar isso em questão, que é feito pelo Chico de Oliveira, entre outros, é que houve uma cooptação dos movimentos sociais. O governo Lula trouxe, cooptou os movimentos. O que eu acho uma questão muito complicada, porque se você abre espaços dentro da esfera governamental e chama as lideranças sociais, essas lideranças também têm uma abertura, enfim, são conselhos onde as pessoas vão estar lá presentes, vão discutir e eventualmente até ter maior capacidade de interferir nas decisões, entende? Eu acho que a palavra cooptação é muito forte. Não sei se o Chico de Oliveira chega a usá-la. Mas eu acho que esse é um novo momento dos movimentos sociais, quer dizer, houve uma abertura com o PT. Em São Paulo, no governo Marta, uma parte do movimento de moradia foi pro governo, e isso é uma questão crítica, uma questão de debate. Acho que é preciso debater o significado disso, dizer de imediato que isso é cooptação é muito complicado, penso eu. Mas enfim, eu acho que não é assim tão nitidamente ruim ou bom, eu acho que é algo que precisa ser mais entendido, mais estudado, porque isso é uma nova etapa para os movimentos sociais.



*Então o senhor concorda com a leitura de que a mobilização social enfrenta hoje um contexto muito particular?*

LK: Ah sim, não tenho dúvida disso.

*E qual o potencial dessa mobilização para reverter o processo de vulnerabilidade social, econômica e civil?*

LK: Olha, essa é uma questão em aberto. As grandes mudanças sociais acontecem muito lentamente. Então é muito difícil dizer se hoje tem uma melhoria significativa com esses processos de mudança, com essa possibilidade dos movimentos sociais estarem mais próximos dos centros decisórios. Não é tão simples de avaliar isso. Houve uma enormidade de conferências de educação, de cultura, de habitação. Eu acho que tudo isso precisa ser melhor avaliado. Até que ponto isso é retórica? Ou até que ponto é algo que leva a uma ampliação efetiva dos direitos básicos de cidadania? Essa é uma questão em aberto...